

A questão da dívida exige novas opções

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Em três oportunidades, falando à esquerda do PMDB, a líderes sindicais e até respondendo a uma pergunta, em recente entrevista coletiva, o presidente José Sarney aventou a hipótese da adoção de nova estratégia para o pagamento de nossa dívida externa. Sugeriu estar o governo examinando mudanças. Sua simples sugestão levou alguns credores americanos a entrar em estado de apreensão. Chegaram a lugar para o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, indagando sobre o que estava valendo: seus compromissos assumidos em Washington ou novidades desconhecidas.

Nada há de certo, por enquanto, no que se refere à alteração de estratégia, mas os sinais emitidos pelo presidente da República não aconteceram por acaso, nem desligados de delicada montagem atualmente feita em sigilo no Palácio do Planalto, com a participação dos principais auxiliares. O destaque é para o assessor econômico, Luiz Paulo Rössemberg.

Feito o preâmbulo, necessário para que se tenha em conta estarem as coisas ainda em gestação, vai uma hipótese, ouvida tanto em credores palacianos quanto no Congresso. Em tempo útil, dentro de poucos meses, o Brasil proporá uma forma singular de pagamento dos juros e do serviço da dívida ao Fundo Monetário Internacional e aos bancos credores, talvez com entendimentos paralelos junto aos governos dos Estados Unidos e de países aos quais muito devemos. Buscaria o Palácio do Planalto obter que apenas remetéssemos ao Exterior, para o pagamento dos juros e do serviço de nossa dívida, 25% do saldo da balança comercial. O restante ficaria aqui, para incrementar a economia e produzir mais riquezas, com o que, em poucos anos, criariamos condições de acelerar o pagamento, atingindo o principal.

No ano passado, entre o que importou e o que exportou, o Brasil registrou um superávit de 12,9 bilhões de dólares. Do total, perto de dez bilhões foram remetidos ou até ficaram no Exterior, para pagamento dos juros e do serviço da dívida. O presidente José Sarney estaria disposto a dialogar com nossos credores no sentido de que essa situação não pode continuar. Nossa sacrifício para aumentar as exportações e diminuir as importações tem sido violento. Não há que falar muito, sequer em sangramento ou pagamento de dívidas à custa da miséria, da fome e do sacrifício da população. Esses argumentos dificilmente sensibilizam banqueiros internacionais. O presidente centralizaria a negociação nos números, mostrando o quanto a economia nacional seria aquecida, ampliando condições de um pagamento mais rápido e de uma estabilização, no futuro.

Tomando-se apenas para raciocínio o saldo do ano passado, e calculados nele os 25%, teríamos um pagamento de 3,25 bilhões de dólares, em vez de dez.

Fora a dramaticidade da questão da dívida externa e não obstante comentários de praticamente todo o Ministério sobre ser ela impagável, sem ser cômica, nos termos atuais, vale usar a imagem do gato e do guizo. Quem vai colocar este naquele? De que maneira reagiria a comu-

nidade internacional dos credores, ou o próprio governo dos Estados Unidos, diante de proposta tão desfavorável a seus interesses, ainda que maravilhosa para nós, se aceita?

Observadores entendem haver clima propício para negociações desse tipo, e até lembram recente entrevista de Henry Kissinger, publicada em O Estado, onde ele não sugere percentuais, mas alerta para a possibilidade de ampla explosão na economia ocidental, caso permaneçam as implacáveis regras dos credores do Primeiro Mundo. Os sucessivos aumentos nas taxas de juros, lá, elevaram de tal maneira a dívida do Terceiro Mundo que uma espécie de composição ou reparação se faria necessária. Disse o ex-secretário de Estado ser a questão muito mais política do que econômica.

O deputado Herbert Levy, do PFL de São Paulo, sob sua insuspeita condição de banqueiro e de empresário com múltiplas ligações internacionais, é um dos que pregam essa limitação percentual do saldo das exportações como base para as remessas anuais. Já teve oportunidade de defender a proposta perante o presidente José Sarney, como no final do ano passado, na capital americana, disse coisa parecida ao vice-presidente George Bush. As reações, é claro, foram diferentes. Aqui, sorrisos. Lá, cenho fechado e cara amuada, mas apenas no primeiro momento. O próprio vice-presidente americano, sem descer à análise de números, acabou concordando que novos mecanismos precisariam ser estabelecidos a partir do reconhecimento de que a quebra na economia dos países devedores fatalmente se refletiria nos países credores, com prejuízos gerais e consequências positivas apenas para os adversários do lado de lá do Planeta.

Admite-se, em Brasília, que no caso de adoção dessa tese, e outras existirão, paralelas, os percentuais possam vir a ser negociados. Senão 25% quem sabe 30%? Parece claro, no entanto, que o presidente José Sarney se vai instrumentalizando para, breve, colocar em pauta a discussão efetiva do problema da dívida externa. Semanas atrás, quando era homenageado com um jantar na residência do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, por estar deixando a carreira diplomática, o ex-subsecretário de Estado para Assuntos da América Latina, Anthony Motley, levantou a questão do pagamento de juros de nossa dívida externa. Provocou e recebeu de nadie menos que quatro ministros presentes uma única resposta: não dá para continuar assim. Olavo Setúbal, Roberto Gusmão, Antônio Carlos Magalhães e Aureliano Chaves, cada qual dentro de seu estilo, concluíram ser impossível ao Brasil continuar aceitando as atuais regras do jogo da dívida externa sem um estrangulamento final de nossa economia. A posição que o presidente da República vier finalmente a adotar, ou a proposta que entenderá necessário transmitir, será sem dúvida uma resultante do pensamento de seus ministros. Resta saber, no caso, como Francisco Dornelles, da Fazenda, visualiza a hipótese dos 25%. Até ontem, mantinha-se aferrado à posição de nada comentar, ao menos até que os índices e os informes se transmudem em informações e decisões.

C.C.